

MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

SILVAS, Juliana Alvarenga*
SILVA, Sabina Maura**

RESUMO

O trabalho objetiva refletir sobre as múltiplas abordagens que envolvem os processos de exclusão escolar, retomando algumas discussões encontradas na literatura acadêmica acerca das múltiplas variáveis que interferem na trajetória de formação dos jovens que abandonam definitiva ou temporariamente determinado nível ou modalidade de ensino. Conceitualmente, a evasão escolar é definida como um fenômeno complexo, multifacetado, multicausal, associado a diferentes fatores, sejam individuais, sociais e/ou institucionais. Trata-se de uma ameaça à realidade educacional de vários países e no Brasil é um fenômeno comum e persistente em todos os níveis da educação básica, atingindo também o ensino superior. A partir dos desafios e perspectivas colocados neste debate, é feito um levantamento dos diversos significados encontrados para o termo evasão escolar, tendo em vista as dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas que envolvem a ruptura com determinado contexto educacional. O termo evasão é caracterizado pelo afastamento definitivo de um estudante de determinada oferta educacional decorrente de múltiplos fatores sociais, econômicos, familiares, institucionais e pessoais, os quais se reforçam mutuamente. Muitas vezes é atribuído ao conceito um sentido que culpabiliza o indivíduo que, por múltiplas razões, interrompe definitivamente sua trajetória em uma determinada oferta educacional. De modo que o termo "evasão" remete às questões individuais dos acadêmicos, o que em grande medida contribui para isentar a instituição e o respectivo sistema educacional de qualquer responsabilidade sobre esse fenômeno. Entretanto, é preciso ter claro que apesar da significativa influência de fatores externos, torna-se necessário discutir sobre o papel da instituição nesse processo de abandono do curso. Nesse sentido, a dissociação entre a democratização do acesso, por meio da ampliação da oferta de vagas pelo sistema público da viabilidade de permanência dos estudantes constitui fator limitante de suas expectativas de êxito. Explorando estas diferentes abordagens, serão apresentados alguns significados encontrados e problematizadas as estratégias e perspectivas institucionais possíveis para enfrentamento da evasão escolar na educação profissional. Considerando os aspectos históricos e sociais que configuram as concepções delineadas, as legislações que regulamentam a assistência estudantil e a oferta do ensino profissional são discutidas a partir do contraste que promovem em relação à realidade pesquisada, e suas implicações sobre as ações e projetos desenvolvidos, no intuito de conhecer, detectar riscos de ocorrência e/ou minimizar os índices de evasão. Aponta-se algumas alternativas práticas, metodologias e políticas, considerando o trato da escola para com este desafio e a forma como os profissionais orientam as suas práticas educativas e pedagógicas, no sentido de viabilizar mudanças nos contextos analisados. Em síntese, vale ressaltar o indispensável papel da escola em propiciar condições de permanência, desenvolvendo políticas e estratégias efetivas, oportunizando a realização de diálogos e acompanhamentos para compreender as necessidades reais demandadas. Na tentativa de estabelecer um novo olhar sobre a questão, argumenta-se que a evasão escolar não é determinada exclusivamente pela decisão pessoal do sujeito, mas pressupõe efetivo acompanhamento pedagógico e assistencial, visando à melhoria da aprendizagem e a produção de informações que subsidiem a identificação dos sinais da evasão e a criação de mecanismos de prevenção.

Palavras-chave: Evasão Escolar; Educação Profissional; Trajetória Formativa.

INTRODUÇÃO

Inserindo-se no campo de estudos que envolvem a temática evasão escolar e formação profissional, o presente artigo objetiva refletir sobre as múltiplas abordagens que envolvem os processos de exclusão escolar, retomando algumas discussões encontradas na literatura acadêmica acerca das múltiplas variáveis que interferem na trajetória de formação dos jovens que abandonam definitiva ou temporariamente determinado nível ou modalidade de ensino.

Num primeiro momento, o trabalho apresenta sucinto panorama histórico e conceitual sobre a evasão escolar, demonstrando as diferenças nas formas de abordagem do problema. Definida como um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, associado a diferentes fatores, sejam individuais, sociais e/ou institucionais, a evasão escolar representa uma ameaça à realidade educacional de vários países e no Brasil é um fenômeno comum e persistente em todos os níveis da educação básica, atingindo também o ensino profissional técnico e tecnológico.

Partindo desta compreensão, se faz necessário evidenciar os desafios e perspectivas colocados nesse debate, discutindo sobre os diversos significados encontrados para o termo evasão escolar, tendo em vista as dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas que envolvem a ruptura com determinado contexto educacional. O processo de evasão escolar é caracterizado pelo afastamento definitivo de um estudante de determinada oferta educacional, decorrente de múltiplos fatores sociais, econômicos, familiares, institucionais e pessoais, os quais se reforçam

* Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG). E-mail: <julianaalvsilvas@gmail.com>.

** Doutora em Educação, docente do PPGET/CEFET-MG. E-mail: <sabinamaura@cefetmg.br>.

mutuamente. Nenhum fator tomado de forma isolada é capaz de explicar de modo completo esse processo.

A preocupação central desta reflexão é socializar e ampliar as discussões em torno das alternativas possíveis para minimizar a evasão escolar na educação profissional e discutir sobre os desafios se que impõem, principalmente, ao contexto da educação profissional técnica de nível médio.

Considerando os aspectos históricos e sociais que configuram as concepções delineadas, as legislações que regulamentam a assistência estudantil e a oferta do ensino profissional são discutidas a partir do contraste que promovem em relação à realidade pesquisada, e suas implicações sobre as ações e projetos desenvolvidos, no intuito de conhecer, detectar riscos de ocorrência e/ou minimizar os índices de evasão.

Apontam-se algumas alternativas práticas, metodológicas e políticas, considerando o trato da escola para com este desafio e a forma como os profissionais orientam as suas práticas educativas e pedagógicas, no sentido de viabilizar mudanças nos contextos analisados.

PANORAMA HISTÓRICO, POLÍTICA E CONCEITUAL DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As políticas de expansão e reorganização da educação profissional no Brasil trazem consigo o desafio de se empreender estudos e pesquisas que possam analisar e compreender em que medida esta ampliação se apresenta acompanhada de políticas de permanência e de combate à evasão escolar. Embora seja uma problemática comum e persistente em todos os níveis da educação básica, atingindo também o ensino superior, há uma escassez de pesquisas e significativa dificuldade na obtenção de dados relativos ao abandono escolar na educação profissional técnica e tecnológica.

Segundo Dore e Lüscher (2011), a falta de informação sobre abandono e permanência escolar no ensino técnico no Brasil abrange tanto o referencial teórico quanto o empírico, dificultando a construção de indicadores adequados para investigações sobre o tema. Diante da escassez de dados e referenciais, dialogar sobre a evasão escolar na educação profissional pressupõe estabelecer um debate sobre a permanência enquanto um eixo das políticas de transição da formação técnica para o mundo do trabalho e/ou ensino superior.

Conforme aludido anteriormente, as discussões levantadas na literatura acadêmica que abrange a temática da evasão escolar nas instituições educacionais apontam para duas ordens de fatores: os intra-escolares, que estão relacionados à forma como está organizado o trabalho pedagógico – conteúdos e metodologia de ensino, interações professor-aluno e normas de avaliação; e os extra-escolares, que fazem com que a educação escolar seja fortemente determinada pelas condições socioeconômicas da sociedade. Queiroz (2002) aponta como fatores externos o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família. Como fatores internos, tem-se a própria escola, a linguagem e o professor.

Quanto aos múltiplos fatores de evasão escolar na educação profissional de nível técnico, Dore e Lüscher (2011; p.06) identificam duas perspectivas principais de abordagem: a individual, que envolve o estudante e sua trajetória escolar (valores, comportamentos e atitudes que determinam o engajamento acadêmico/aprendizagem e o engajamento social/convivência do estudante); e a abordagem institucional, que leva em consideração a família, a escola (perfil do corpo discente, os recursos e estruturas físicas escolares, os processos e as práticas pedagógicas), a comunidade e os grupos de amigos.

Para as autoras a complexidade do problema implica, também, em soluções complexas. A articulação dessas dimensões na vida escolar, bem como a existência de oportunidades de escolhas e de experimentação profissional podem influenciar sobre os processos de evasão ou permanência escolar. Cabe à instituição reconhecer a importância da prevenção e identificação precoce do problema, além do monitoramento dos possíveis estudantes que estão em situação de risco de evasão.

Dessa forma, inúmeros são os fatores intra e extra-escolares que influenciam o processo de seletividade e a reprodução da desigualdade social na escola. Os reflexos da acentuada desigualdade social do país na educação manifestam-se por meio de dificuldades de várias ordens que incidem sobre a frequência e o desempenho do aluno, não se restringindo, porém, ao âmbito da sua individualidade. Silva (2013) aponta algumas variáveis que representam risco de evasão na educação, tais como o desempenho acadêmico, a condição financeira, a idade e o gênero.

Evidencia-se a percepção de que a evasão escolar é causada por múltiplas razões, entrelaçadas entre si e seu enfrentamento requer mais que ações isoladas e fragmentadas dentro da escola. Os mecanismos de exclusão, e de sua legitimação, têm origem social e nem sempre podem ser resolvidos no âmbito do espaço escolar.

Em geral, observa-se nesses estudos, a não identificação do estudante com o ensino técnico, associada a diferentes fatores: preferência pelo ensino médio regular; falta de afinidade com a

área; falta de motivação, interesse ou compromisso com o curso. Para Dore et al. (2014), essa falta de identificação pode ser relacionada com a escolha precoce da carreira profissional.

Como grande parte dos alunos das escolas federais frequentam o curso técnico integrado ao ensino médio, a idade prevista para começar o curso é de 15 anos de idade. Assim, muitas vezes, os alunos escolhem um campo de estudo prematuramente sem informações suficientes sobre o curso e a profissão a ele relacionada. (DORE et al., 2014, p. 382).

Frequentemente, são apontados pelos pesquisadores fatores referentes ao processo de ensino-aprendizagem: dificuldades no acompanhamento do conteúdo das disciplinas e reprovação. Tais dificuldades podem gerar no sujeito um sentimento de fracasso e desmotivação, levando à repetência e ao abandono. Esses fatores ligados à aprendizagem sugerem a necessidade de maior apoio acadêmico (monitoria, aulas extras e apoio psicopedagógico), bem como a reflexão sobre as práticas curriculares e pedagógicas e o aprimoramento delas.

Os aspectos relacionados ao contexto institucional das escolas são pouco explorados nesses estudos. De forma sucinta, são levantadas questões relacionadas à baixa qualidade do ensino fundamental, que pode influenciar negativamente no desempenho acadêmico do estudante no curso técnico; à distância entre o currículo teórico do curso técnico e o conhecimento prático requerido na vida real; e à inadequação dos programas de estágio.

O que se percebe é a prevalência de causas de evasão relacionadas ao contexto individual e/ou familiar dos estudantes, tais como dificuldades financeiras e familiares, afastamento da família, quando há necessidade de mudança de localidades rurais para regiões urbanas, onde há mais disponibilidade de escolas ou cursos técnicos, problemas de saúde física e mental (pessoal ou familiar), gravidez, uso de drogas.

Recorrentemente, são destacados fatores ligados ao trabalho. A maioria dos estudos sobre a evasão escolar na educação profissional revela um contexto de responsabilidades voltadas para o suprimento das necessidades materiais que fazem com que os estudantes desistam da vida escolar. A necessidade de ingresso no mercado de trabalho e a incompatibilidade entre o horário de trabalho e o de estudo constituem elementos diretamente relacionados à situação socioeconômica individual ou familiar, que exige, muitas vezes, a entrada precoce dos jovens no mundo do trabalho.

Os estudos sobre a evasão escolar revelam uma diversidade de fatores de desistência nos âmbitos individual e contextual. Ressalta-se que os fatores relacionados ao contexto institucional das escolas, embora pouco explorados, são responsáveis por uma perda significativa de estudantes, o que justifica a relevância de se construir novas estratégias para tornar a escola mais dinâmica, inovadora e atrativa e tornar o processo de aprendizagem efetivo.

Para Souza (2015), existe uma diferença entre os conceitos evasão escolar e abandono: abandono escolar é a condição do aluno que deixa de frequentar a escola durante o andamento do ano letivo, mas volta a se matricular no ano seguinte. No caso da evasão escolar, o aluno não retorna no período letivo posterior. Para fins desse estudo, serão consideradas três modalidades de evasão, na tentativa de maior coerência conceitual:

- Evasão do curso: desligamento do curso em função de abandono (não-matrícula), transferência ou re-escolha, trancamento e/ou exclusão por norma institucional;
- Evasão da instituição: desligamento da instituição na qual está matriculado, considerando que o estudante que abandona definitivamente um curso ou uma instituição para ingressar em outra, configurando a situação de transferência externa, o que define a evasão de uma dada instituição, mas não o desligamento do sistema de ensino médio integrado; e
- Evasão do sistema: abandono definitivo ou temporário do ensino médio integrado.

Visto que a evasão escolar é definida como um fenômeno complexo, multifacetado, multicausal, associado a diferentes fatores, sejam individuais, sociais e/ou institucionais, faz-se necessário investigar quais são os dilemas que emergem na realidade da escola técnica profissional que atrai um significativo número de jovens, mas, ao mesmo tempo, não obtém êxito em fazer com que os que nela ingressam, permaneçam até a conclusão do curso.

Para que se promova uma efetiva transformação de caráter democrático e inclusivo para além da expansão e reorganização governamental da educação profissional, se faz necessário que a comunidade escolar seja capaz de se mobilizar buscando estratégias de organização e intervenção no espaço público que redefinam em profundidade as práticas institucionais que favoreçam o sucesso acadêmico dos estudantes.

Corroborando esta perspectiva, Souza (2015), a partir dos resultados de estudo que investigou a reprovação e evasão de estudantes de um curso tecnológico, afirma que a constituição de uma base de dados mais sólida é fundamental para que se possibilite uma análise mais efetiva dos principais fatores que elevam o nível de reprovação e/ou evasão dos estudantes. Para a autora, a forma como a escola lida com este desafio, como os profissionais orientam as suas práticas educativas e pedagógicas e a existência de um efetivo acompanhamento pedagógico e assistencial

visando à melhoria da aprendizagem podem refletir positivamente para a redução da evasão escolar.

Embora se reconheça que, nos processos de escolaridade, a educação atende as demandas da qualificação da força de trabalho e admita-se que a escola é fortemente determinada pelo sistema social no qual se insere, ela não deixa de se constituir, dialeticamente, em um espaço favorável à mudança, refletindo, portanto, no próprio sistema social. Frigotto (1993) afirma que a escola promove, para o trabalhador, a perspectiva da melhoria do status social, e que, por meio do investimento no aumento de sua produtividade, pode possibilitar a mobilidade social e melhor distribuição de renda por meio da preparação adequada para o trabalho.

A função seletiva e excludente da escola não se dá somente quando ela não absorve a totalidade dos indivíduos que a procuram, caracterizando, assim, o processo de "exclusão da escola" que se refere ao não-acesso à escola. Ocorre também por meio da organização do trabalho pedagógico em seus diversos aspectos: conteúdo, metodologia e normas de avaliação (FERRARO, 1999). A democratização do acesso não é democratização do ensino. Este é o nó que precisa ser desatado.

Muitas vezes, no cotidiano da sala de aula, quando um aluno é reprovado, ele é taxado de incapacitado para prosseguir os estudos e essa condição afeta bastante sua autoestima de forma negativa. Segundo Marcel Crahay

o balanço das pesquisas disponíveis sobre os efeitos da repetência não tem ambiguidade: em regra geral, os alunos fracos que repetem progredem menos que os alunos fracos que são promovidos. Ou seja, pode-se considerar que a repetência constitui um meio contra produtivo de fazer face às dificuldades de aprendizagem dos alunos fracos. (CRAHAY, 2007, p. 185).

Reconhecendo que a repetência não é sinônimo de melhoria da aprendizagem e do desempenho escolar, torna-se imperativo desmistificar a determinação exclusiva das causas externas no fenômeno do fracasso escolar, ressaltando o imprescindível papel da escola em propiciar condições de permanência, desenvolvendo políticas e estratégias efetivas, oportunizando a realização de diálogos e acompanhamentos para compreender as necessidades reais demandadas.

A forma como o currículo e as políticas de formação de professores estão relacionadas à permanência dos estudantes ainda são questões pouco exploradas e aprofundadas. Dore e Lüscher (2011) sinalizam para a premente necessidade em aprimorar estratégias e perspectivas institucionais para enfrentar o fenômeno da evasão escolar nesta modalidade de curso, por meio da consolidação das bases de dados de alunos egressos (evadidos e diplomados) que subsidiem estudos de acompanhamento e mapeamento das ações e projetos desenvolvidos pelas instituições educacionais objetivando conhecer, detectar riscos de ocorrência e/ou minimizá-la.

Para Zago (2006), verifica-se um processo de mudanças nas formas de exclusão: antes se dava prioritariamente pela contenção do acesso, contemporaneamente ocorre no interior do sistema de ensino. Trata-se de um campo de análise que se inscreve no âmbito de discussões mais amplas sobre desigualdades educacionais no Brasil.

Enfatiza-se que a evasão escolar não deve ser entendida apenas como um fenômeno associado a não concretização de expectativas de indivíduos. É uma situação que se configura como desperdício econômico, social e acadêmico. No campo da gestão educacional, a evasão escolar é um indicador que revela, de certa forma, o desempenho dos sistemas e das instituições de ensino. Nesse sentido, a evasão constitui-se em possibilidade de, transversalmente, dar visibilidade a fatores e variáveis determinantes para formulação de políticas e práticas para sua prevenção.

Ao se tratar a evasão escolar, considerando apenas a abordagem individual, desconsiderando as demais variáveis, principalmente a institucional, corre-se o risco de relativizar ou até mesmo inverter as formas de se interpretar o fenômeno estudado, dentre os quais pode-se citar a constante caracterização do fracasso escolar como "problema de aprendizagem". Neste sentido, deveria se configurar também como um problema que não se produz exclusivamente dentro da sala de aula.

As considerações de Ferraro (1999) e Zago (2006) permitem questionar a pertinência de se associar a evasão escolar ao fracasso como recorrentemente se tem feito. Torna-se necessário assumir a evasão escolar como problema social e politicamente produzido, levando em consideração fatores relativos à instituição escolar. A literatura sobre os fatores que motivam o abandono da trajetória de formação escolar evidencia a centralidade do papel da escola, bem como a existência de outros sentidos no acesso e na permanência do estudante.

Fica clara a premissa de que a evasão escolar é um fenômeno constituído por diferentes dimensões: materiais, políticas, relacionais e subjetivas, como já destacado anteriormente. Tal premissa também possibilita questionar alguns determinantes comumente atribuídos ao fenômeno, como conformismo, sofrimento e ruptura cultural. Ou seja, as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados, devem contribuir na construção de sua própria identidade.

Nogueira (2004), buscando compreender como as condições sociais e familiares favorecem os destinos escolares de sucesso e insucesso, reafirma que a formação no percurso acadêmico remete aos estímulos ou entraves nele vivenciados, bem como suas projeções (ou seja, o que o estudante vislumbra como profissão, diante das condições inscritas socialmente).

Para a autora, a definição dos rumos de uma determinada trajetória escolar passa necessariamente pelos seguintes fatores: as mediações que se interpõem na relação entre o meio social de pertencimento e os resultados escolares, o impacto do patrimônio cultural familiar (o peso dos fatores culturais e econômicos) e a distribuição das oportunidades escolares.

Verifica-se que, para além das estratégias familiares, a instituição formadora pode repercutir e dar sentido ao permanecer, ou, ao contrário, constituir motivos para não permanecer. Além disso, há que se considerar outros fatores, tais como, a inserção precoce no mundo do trabalho, como significativo fator de socialização e a “escolha negativa”, que remete àquele sujeito que só dispõe do projeto de vida possível, frente a uma série de renúncias, que não implicam em um poder real de escolha (Dubet citado por Nogueira, 2004).

A problemática da evasão escolar, atualmente, também está presente nos debates e discussões no campo das políticas educacionais, como objeto de preocupação de instituições, gestores e sistemas de ensino de diferentes níveis. A divulgação de dados como o baixo desempenho dos estudantes do ensino médio (Índice de Desempenho da Educação Básica - IDEB) ou do ensino superior (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE) coloca em pauta a questão da permanência escolar, sob a perspectiva do desempenho.

Evidencia-se a evasão como um indicador que revela o percentual de estudantes matriculados por ano/semestre e o percentual daquelas situações caracterizadas como abandono ou desistência, enfatizando-se o desperdício de recursos. Pouco se evidencia a evasão escolar como exclusão da escola, como um reflexo da desigualdade social e como um fenômeno complexo e multicausal.

A permanência e, sobretudo, o sucesso na trajetória escolar envolvem uma série de fatores de ordem material e simbólica, que podem corresponder aos desejos e interesses do estudante (decisão pessoal), aos relacionamentos que estabelece no espaço escolar, às características da instituição formadora, às situações pessoais e familiares. A pesquisa realizada possibilitou analisar e compreender em que sentido essas dimensões conduzem os sujeitos e seus itinerários.

De acordo com Carneiro e Sampaio (2011), pesquisar sobre espaços, apropriações e apreensões de sujeitos inseridos em uma determinada realidade pressupõe apresentar um olhar sobre os processos que envolvem a permanência, na tentativa de compreender suas relações possíveis com os fatores internos e externos que motivam a evasão escolar. Concernente à escolha de profissões relacionadas à formação profissional técnica e tecnológica, que requerem projetos a médio e longo prazos, observa-se que o abandono destas escolhas, em grande medida, se vincula à ausência de suportes sociais, ou seja, capitais intelectuais e financeiros que restringem as oportunidades concretas de êxito.

É recorrente o apontamento, na literatura sobre a evasão escolar, de que, no âmbito familiar, a educação é muito valorizada. Mesmo em famílias pertencentes a segmentos sociais historicamente excluídos, ela representa a possibilidade de alcance de um trabalho futuro que proporcione autonomia, reconhecimento e independência social e financeira. Para Lapassade (1975, p. 170) a entrada no mundo do trabalho representa uma forma de inserção social, “essencialmente naquele momento em que o indivíduo deixa a família, ou pelo menos, se torna capaz de ganhar a sua própria vida”. A inserção na esfera do trabalho responde ao imperativo de sobrevivência e à necessidade de atender às expectativas familiares sobre o futuro, abrindo possibilidades de participação em outras esferas de aprendizagem, além da escolar.

Coulon (2008) esclarece que o aprendizado de ofício de estudante, como ele denomina, é demarcado por um contexto de resistências e assimilação de muitas regras, principalmente na fase inicial, o que exige um processo de afiliação institucional e intelectual, ou seja, um processo de integração do estudante ao ambiente acadêmico. Para Coulon (2008), a entrada dos estudantes na vida acadêmica produz intensas transformações, entram em jogo três modalidades diferentes, todas fundamentais no processo de afiliação, que são as questões de tempo, de espaço e das regras do saber. Questões relativas ao espaço e ao tempo são importantes em todo o processo de afiliação, nas relações práticas da vida do estudante: prazos das provas, das inscrições, das matrículas, tempo das aulas dilatado, volume de estudo, ritmo de trabalho, espaços de convivência, distâncias entre instituições, deslocamentos, o campus como um espaço imenso se comparado aos colégios, dificuldades de localização.

É possível inferir que a ausência dessa afiliação pode ser um dos fatores de abandono do curso, pois constitui aspecto fundamental para aquisição de novas habilidades cognitivas, reelaboração de seus significados e construção de alternativas de superação dos entraves.

O jovem não expressa apenas sua condição intelectual, mas também a condição social na qual está imerso: a cultura, a subjetividade, o preconceito, o estigma, as formas de resistência. A trajetória

de formação integrada (ensino médio e técnico) representa para o jovem importante momento de transição demarcado pela decisão entre a carreira universitária e inserção no mundo do trabalho.

Como forma de integração discente, a afiliação institucional é apenas um dos pilares que constituem a trajetória acadêmica, enquanto facilitador da permanência do estudante. Carneiro e Sampaio (2011) destacam outras dimensões essenciais para a formação do estudante, como a afiliação intelectual e as interações estabelecidas no ambiente acadêmico.

A instituição formadora assume, neste sentido, um papel central na trajetória de desenvolvimento dos jovens estudantes. Seja por meio da promoção de um conjunto de expectativas e experiências que favoreçam este desenvolvimento, seja pela ausência ou escassez de dispositivos sociais de acompanhamento e diálogo junto à família.

Assim, a assistência estudantil se configura como principal estratégia institucional de permanência, com o objetivo de favorecer que os estudantes de baixa condição socioeconômica acessem a escola e nela permaneçam até a conclusão do curso. As ações da assistência estudantil devem se pautar pela necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Para que a permanência na educação profissional se efetive, as escolas devem propor e implementar medidas que a promovam, dentre elas programas de assistência estudantil, ações afirmativas e inclusão social para os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação profissional deve ser entendida enquanto importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, para além de mero instrumento de política assistencialista ou ajustamento direto às demandas do mercado de trabalho.

As políticas de expansão e reorganização da educação profissional trazem consigo o desafio de criação de alternativas para minimizar a evasão escolar, seja por meio do aprimoramento de políticas de permanência e de combate à evasão escolar, que visem garantir condições básicas necessárias para uma formação de qualidade, seja pela promoção de políticas de transição da formação técnica para o mundo do trabalho e/ou ensino superior.

Muitas vezes é atribuído ao conceito da evasão escolar um sentido que culpabiliza o indivíduo que, por múltiplas razões, interrompe definitivamente sua trajetória em uma determinada oferta educacional. De modo que o termo "evasão" remete às questões individuais dos acadêmicos, o que em grande medida contribui para isentar a instituição e o respectivo sistema educacional de qualquer responsabilidade sobre esse fenômeno. Entretanto, evidencia-se que apesar da significativa influência de fatores externos/ extra-escolares, torna-se necessário discutir sobre o papel da instituição nesse processo de abandono do curso.

Na tentativa de estabelecer um novo olhar sobre a questão se faz necessário reconhecer o indispensável papel da escola em propiciar condições de permanência, desenvolvendo políticas e estratégias efetivas, oportunizando a realização de diálogos e acompanhamentos para compreender as necessidades reais demandadas. A evasão escolar não é determinada exclusivamente pela decisão pessoal do sujeito, mas pressupõe efetivo acompanhamento pedagógico e assistencial, visando à melhoria da aprendizagem e a produção de informações que subsidiem a identificação dos sinais da evasão, além da criação de mecanismos de prevenção.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. Fracasso e sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICZ, A. MOLL, J. **Para além do fracasso escolar**. 6 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- BRASIL, **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- CARNEIRO, A. S. C; SAMPAIO, S. M. R. Estudantes de origem popular e afiliação institucional. In: SAMPAIO, S. M. R. (org.) **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, p. 53-69, 2011.
- COULON, A. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CRAHAY, M. Qual pedagogia para os alunos em dificuldade escolar? **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, Autores Associados v. 37, n. 130, p. 181-208, jan/abr.2007.
- DORE, R; LÜSCHER, A. Z. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41 n. 144. Set./dez. 2011.
- FERRARO, A. R. Diagnóstico da escolarização no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 12, set./dez. 1999.
- FIGUEIREDO, A. C. **Processos de integração e afiliação à vida acadêmica de estudantes de camadas populares no contexto de expansão universitária**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

LAPASSADE, G. **A entrada na vida**. Lisboa: Edições 70, 1975.

NOGUEIRA, M. A. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p.133-185, 2004.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar**: para se pensar na inclusão escolar. In. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, Caxambu, 2002.

SOUSA, J. N. M. **Principais fatores que impactam na reprovação e evasão dos alunos dos cursos tecnológicos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará**. Dissertação (mestrado profissional). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.32, p.226-237, 2006.